

O FUTURO DA EUROPA

FUNCHAL

2013.10.25

J. M. Sérvulo Correia

Ex.mo Senhor Presidente do Governo Regional da Madeira,

Ex.ma Senhora Secretária Regional do Turismo, Cultura e Transportes,

Ex.mo Senhor Conselheiro Oliveira Branquinho,

Ex.mo Senhor Diretor Regional dos Assuntos Culturais,

Ex.ma Senhora Diretora da Biblioteca Pública Regional,

Cara Micaela Rebelo Quintal,

Ex.mas Autoridades, Colegas, Senhoras e Senhores

I. Pediram-me os organizadores da cerimónia da formalização da doação da Biblioteca Rebelo Quintal à Biblioteca Pública Regional que preenchesse o tempo destinado a uma reflexão sobre um tema de cultura por eles escolhido, proferindo algumas palavras - não ousou intitulá-las de “conferência” -, dissertando sobre o “Futuro da Europa”. Não escondo algum embaraço ao desincumbir-me dessa honrosa solicitação. Não sou politólogo. E a minha especialização na área do Direito Público não abarca em profundidade os complexos mecanismos institucionais da União Europeia e os ângulos das sucessivas fases da sua evolução. Mas, para além disso e sobretudo, nunca me proporia fazer aqui um exercício de futurologia, visto ser essa uma arte de argumentar relativamente à qual sempre me senti cético. Baseando-me empiricamente na minha própria experiência de vida, neste momento em que me aproximo dos 76 anos de idade, diria que a única coisa previsível quanto ao futuro é a sua imprevisibilidade.

Permitam-me que a esse propósito me reporte a um momento – o primeiro de muitos outros – em que, aqui no Funchal, me encontrei com o nosso homenageado António Manuel Rebelo Quintal. Foi esse o de uma escala de poucas horas, em Dezembro de 1960, do navio “Alfredo da Silva”, no qual, conjuntamente com o nosso amigo e colega José Carlos Godinho Ferreira de Almeida, seguia para a Guiné, onde integraríamos como alferes milicianos de cavalaria um esquadrão de reconhecimento do Regimento de Cavalaria 3 de Estremoz. Rebelo Quintal esperava-nos no cais. Ao longo dos cinco anos do nosso curso na Faculdade de Direito de Lisboa, a nossa amizade nascera em torno de uma afinidade que nos unia. E essa afinidade era a Madeira. A minha Mãe era natural da freguesia de São Gonçalo desta cidade, como o eram o meu Avô José Gomes Ribeiro e o meu Bisavô João Gomes Ribeiro, os quais provinham de famílias imemorialmente madeirenses, com a exceção de um antepassado escocês que aqui viera parar, não sei se nos finais do Século XVIII se nos inícios do Século XIX. Aquando dessa passagem em Dezembro de 1960, o António Manuel ajudou-me a encontrar com

a brevidade requerida duas tias Avós que ainda me restavam e habitavam na Rua do Lazareto.

Ora, tomando como ponto de referência esse nosso encontro nesta cidade, num longínquo dia de Dezembro de 1960, maravilho-me a pensar na inesgotável panóplia de acontecimentos e inovações que haviam de pontuar, ou pelo menos enquadrar, a partir daí as nossas existências e que, nessa altura, nenhum raciocínio de prognose permitiria entrever sequer. O nosso Amigo José Carlos morreria menos de dois meses mais tarde em acidente numa patrulha junto da remota fronteira leste da Guiné. Se já se pressentia que o regime político português teria de convergir com o modelo de democracia parlamentar generalizado – com a exceção da Espanha – na Europa Ocidental, nada tornava desde logo inevitável que a transição se viesse a fazer nos termos conturbados dos anos de 1974 e 1975. E a percepção de que os então já propalados “ventos da História” impeliam a reajustamentos nos estatutos dos territórios administrados por Portugal na África e na Ásia também não permitia

concluir já então que a descolonização se processaria nos termos calamitosos em que viria a ocorrer.

Em 1960, não era previsível que, 26 anos mais tarde, Portugal aderiria às Comunidades Europeias, ou que a União Soviética ruiria e a Alemanha seria reunificada, ou que os Estados Unidos seriam derrotados no Vietname, ou que o mundo islâmico entraria em efervescência com sérios reflexos na segurança das potências ocidentais. Não poderíamos profetizar, nesse Dezembro de 1960, que, dentro de uma década, o homem pisaria a Lua. Não estávamos em condições de prever as inovações que iriam ter lugar nos domínios da informática e das telecomunicações, bem como as suas profundas consequências nas relações sociais e no mundo laboral.

Em suma, a experiência dos últimos 50 anos evidencia que, nos planos geopolítico, científico e tecnológico, as mudanças se sucedem na nossa era a um ritmo veloz e surpreendente. Pela minha parte, versar o futuro da Europa não corresponderá pois a uma tentativa de adivinhação. Nem sequer quanto à próxima década ousaria fazê-la,

para não correr o risco de me ver desmentido pela realidade antes que as Parcas benevolmente me viessem aliviar de tal embaraço. Limitar-me-ei – isso sim – a respigar da cena contemporânea alguns dados que poderão entrecruzar-se no fluir de eventos em que se moldará o destino próximo da nossa velha Europa.

Centrar-me-ei para tal efeito em dois grupos de questões. Primeiramente, as coordenadas geoestratégicas. Em seguida, a situação política da Europa. E, pois que aqui nos reunimos para prestar homenagem à memória de um juristas insigne, terminarei por um voto de confiança no papel do Direito como cimento da unidade europeia e fonte de impulsos positivos para o futuro do projeto europeu.

II. No tocante às *coordenadas geoestratégicas*, destacarei três tópicos: os da dinâmica evolutiva à escala global, das várias europas e das envolventes geopolíticas.

Quanto à *dinâmica evolutiva à escala global*, focarei o fim da explosão demográfica e a redução da pobreza no Mundo, a manutenção da supremacia norte-americana, a incerteza quanto ao acesso da China ao estatuto de super-potência num quadro bipolar, a consolidação do estatuto da Rússia como potência regional e a instabilidade do mundo muçulmano.

Embora com incidências diferentes nos países desenvolvidos e nos outros, assiste-se hoje a uma tendência universal de *desaceleração do ritmo de crescimento da população*. O sentido da evolução parece ser quando muito o de uma estabilização mas, em muitos casos, deteta-se uma declínio em termos absolutos. As consequências são mistas. Se, por um lado, o envelhecimento da população acarreta uma sobrecarga dos sistemas de prestação social, a necessidade de rever velhos hábitos quanto à reforma, o receio de uma menor capacidade inovadora das sociedades, por outro, reforçam-se a presença das mulheres no mercado de trabalho e, com ela, os níveis de igualdade, produtividade e de condições de vida dos agregados familiares. A

prazo, atenuar-se-á o problema do desemprego. A procura de bens e serviços continuará a aumentar no mercado mundial.

Na Europa, compreendendo a Rússia, as Nações Unidas prevêem para 2050 uma queda dos atuais 728 milhões de habitantes para algo entre os 557 e os 653 milhões. Em presença de outras grandes massas populacionais no continente americano e na Ásia, este declínio significará uma quebra de poder relativo. Para que assim não seja, ter-se-ão de encontrar os meios tecnológicos de compensar a diminuição de seres humanos e de levar a cabo políticas de imigração coordenadas e guiadas por objetivos estratégicos claros.

Assistimos também hoje a uma *diminuição da pobreza no Mundo*, com outras explicações para além da da evolução demográfica. Em 1990, 43% da população dos países do terceiro mundo vivia em extrema pobreza, então definida pela capitação diária de um dólar para efeito de subsistência. Em 2010, com a linha da extrema pobreza fixada em \$1, 25, a percentagem era já de 21%. Embora não seja de esperar uma redução a zero, este movimento de quebra deverá continuar e com

ele o incremento dos níveis de consumo com reflexos no mercado mundial.

Um segundo dado da dinâmica evolutiva à escala global será o da *manutenção da supremacia mundial dos Estados Unidos da América*.

A aparição dos Estados Unidos como superpotência seria já anunciada pelo seu papel decisivo no termo da Primeira Guerra Mundial e no desastroso Tratado de Versalhes, que constituiria a causa longínqua da Segunda Guerra. Mas seria com o desfecho desta – ou seja, com o colapso dos impérios coloniais europeus, com a incapacidade de uma Europa meio destruída e exangue de fazer face ao expansionismo soviético, com o crescimento exponencial de uma marinha de guerra e de uma aeronáutica militar, com o seu papel decisivo na partilha dos despojos em Potsdam e com a sua presença como Estado ocupante em solo europeu – que os Estados Unidos emergiriam definitivamente no papel de superpotência. O desmoronamento da União Soviética traria consigo o carácter unipolar de uma tal dominância.

Encontramo-nos hoje em pleno apogeu da “era americana”, fundamentalmente caracterizada pelo poderio financeiros e pelo poderio militar. Como escreve GEORGE FRIEDMAN, um analista americano, no seu livro *“The Next 100 Years”* (New York: Anchor Books, 2009), a crise de 2008 clarificou o papel dos Estados Unidos como centro do sistema financeiro global. Se esse país sofre uma crise, todos os outros arcarão também com os seus efeitos. Mas a crise será pior fora dos Estados Unidos. E a recuperação no resto do mundo dependerá da recuperação nos Estados Unidos (p. XIX). Por outro lado, os Estados Unidos são, no presente momento, a única nação transcontinental, capaz de projetar poder simultaneamente nos Oceanos Atlântico e Pacífico. O controlo dos mares constitui hoje a base do poderio militar dos Estados Unidos e representa a outra face do seu poderio económico. Através de satélites, controlam toda a embarcação em qualquer parte dos mares e a sua marinha de guerra confere-lhes o poder de negar a passagem sempre que o quiserem. Por outro lado, os Estados Unidos orientam a sua política pela prevenção ou retardamento quanto possível da constituição de

marinhas militares de algum significado por outros Estados que poderiam dispor de meios para o efeito. Como escreve o já citado GEORGE FRIEDMAN, uma estratégia de pau e cenoura tende a ser efetiva. A “cenoura” consiste em facultar o acesso aos mares por parte de terceiros sem necessidade do apoio de meios militares próprios. O “pau” passa por forçar os potenciais contendores a fixar-se em imagináveis confrontos terrestres e a esgotar os seus recursos em tanques e soldados. Ao ler estas linhas, recordei-me subitamente de que, quando o Governo português presidido por Cavaco Silva adotou, nos anos noventa, uma resolução sobre a preparação de um programa de aquisição de submarinos (na altura previa-se a encomenda de três com direito de opção por um quarto), os americanos - segundo mais tarde a imprensa relataria - quer através da NATO, quer através da sua embaixada em Lisboa - tentaram dissuadir-nos de o fazer com o argumento de que a aquisição de blindados nos seria mais vantajosa ...

Os factos têm demonstrado a ambivalência da política norte-americana em relação à União Europeia. Interessa-lhes esta

instituição enquanto garantia de um mercado organizado desenvolvendo relações estáveis com o outro lado do Atlântico. Mas travam a consolidação da unidade política e militar Europeia, visto lhes não interessar o emergir de uma super potência com 500 milhões de almas e detentora da economia de maior dimensão.

Um terceiro fator da dinâmica global evolutiva com a qual a Europa tem de se haver resume-se à questão do incerto *acesso da China ao estatuto de super-potência* em relação bipolar com os Estados Unidos. A aquisição pela China de um poderio de certo modo equivalente ao dos Estados Unidos geraria o risco de um conflito para o qual a Europa seria muito provavelmente arrastada e com o qual sempre teria a perder. Mas esse estádio encontra-se ainda distante devido, nomeadamente, aos limites estruturais com que se confronta o crescimento chinês e às potencialidades de instabilidade interna deste grande país. À Europa interessam fundamentalmente um desenvolvimento económico e social equilibrado na China com crescentes oportunidades de mercado e a redução do *dumping* social e ambiental. Por outro lado, uma constante, ainda que discreta, pressão

no sentido da consolidação das liberdades fundamentais poderá contribuir a prazo para uma maior abertura da sociedade chinesa a valores de alcance global e para o alargamento de uma classe média ilustrada com mais a perder do que a ganhar com derivas militaristas.

Um quarto fator da dinâmica global evolutiva consiste naquilo a que chamarei a *consolidação do estatuto da Rússia como potência regional*.

A Rússia não se conformou ainda inteiramente com a perda do seu estatuto de superpotência e parece por vezes hesitar entre a ilusão de um regresso ao mesmo e a assunção dos comportamentos próprios da potência regional de primeiro plano que hoje é. Ainda que porventura orientada sobretudo por um velho reflexo defensivo assente na criação de zonas-tampão, o seu projeto de recuperação do controlo sobre componentes da antiga União Soviética constitui uma ameaça estratégica para a Europa.

Um fator hoje omnipresente da dinâmica global evolutiva é, por outro lado, a *instabilidade do mundo muçulmano*. Esta manifesta-se desde logo em problemas de segurança interna e de consistência

social de Estados europeus. Mas os riscos concentram-se também fora das fronteiras europeias, desde logo no tocante à estabilidade do abastecimento energético, à segurança da navegação e à regularidade das relações comerciais.

Após a dinâmica evolutiva à escala global que acabamos de passar em revista através de alguns dos seus fatores, uma segunda coordenada geoestratégica a considerar reside na *existência de várias Europas* sob o ponto de vista socio-geográfico. É com efeito fácil discernir pelo menos cinco regiões: a atlântica (na qual se incorpora Portugal), a central, a oriental, a nórdica e a mediterrânica. Alguns Estados inscrevem-se em duas destas áreas, como é o caso da Espanha e da França, simultaneamente atlânticas e mediterrânicas, ou da Alemanha, que é sobretudo Europa central, sem que se possa ignorar uma sua importante vertente atlântica. As disparidades evidentes entre países como a Finlândia e a Grécia ou Portugal e a Eslováquia suscitam não apenas diferenças nas culturas e nas sensibilidades públicas, mas dissemelhanças nas coordenadas económicas e nas estratégias de vizinhança que há que acomodar a

partir do momento em que se queira que tais Estados participem em pé de igualdade numa União política, económica e monetária.

Uma terceira coordenada estratégica grandemente articulada com a anterior é a das *envolventes geopolíticas*. A este propósito, destacaria os oceanos, a massa continental russa e a Turquia.

No que toca aos *oceanos*, há por seu turno que separar as problemáticas do Atlântico norte (que, designadamente banha as costas do continente e dos arquipélagos portugueses e compreende zonas económicas exclusivas e plataformas continentais de vários Estados europeus), do Mar Mediterrâneo e do Ártico.

O Atlântico norte é por assim dizer a fronteira entre a Europa e os Estados Unidos, dados até o quadro institucional proporcionado pela Organização do Tratado do Atlântico Norte e a existência de uma base americana nos Açores. Este mar continua a constituir em primeiro lugar um traço de união entre a Europa e os Estados Unidos. Mas não há que esquecer que o tráfego marítimo transpacífico excede hoje o transatlântico e que a política externa norte-americana tende

agora a focar-se na bacia do Pacífico. Certos dados biográficos de Barack Obama – o nascimento e a infância no Hawai, a adolescência na Indonésia – são por certo coincidências mas nem por isso menos simbólicas de uma deslocação de vivências e prioridades. À Europa caberá cada vez mais assegurar com autonomia a segurança das vias marítimas do seu abastecimento e comércio em geral e a integridade do seu território contra ameaças vindas do mar, consistam elas em iniciativas terroristas ou em empreendimentos do narcotráfico. A Europa terá de gerir e preservar os recursos vivos das suas zonas económicas exclusivas e os recursos inertes no solo e subsolo das suas plataformas continentais.

A este propósito, cumpre sublinhar o papel especial das chamadas regiões ultra-periféricas, os territórios arquipelágicos dos Açores, da Madeira, das Canárias e também do Estado africano de Cabo Verde. Constitutivos da chamada “Macaronésia”, formam uma linha vertical de possíveis interações com projeção para o lado da boca do Mediterrâneo e da costa ocidental de África, mas também para os Estados Unidos e o Canadá e importantes países da América Latina

como a Venezuela e o Brasil. Cumpre recordar que, durante as guerras napoleónicas, a Madeira esteve ocupada pelos ingleses (que quase a iam anexando) por força do seu papel de vigia de retaguarda sobre a entrada do Mediterrâneo.

Ora este mar interior é, por seu turno, hoje, por certo uma das zonas mais conturbadas do globo. Perante as guerras civis e as caóticas mudanças de regime, o crescimento do fanatismo religioso-militar, a miséria das massas populares, o arrastado conflito israelo-palestiniano, os movimentos tectónicos discerníveis na própria Turquia, o maciço afluxo de emigrantes clandestinos, seria difícil que a Europa tivesse encontrado uma resposta adequada à preservação de laços com o Norte de África e o médio Oriente e à contenção de perigos. Isso não foi obviamente conseguido até hoje, sendo que algumas das iniciativas levadas a cabo por alguns Estados se saldaram no alargamento de fissuras no próprio âmbito europeu. Lembro as tensões diplomáticas com a Alemanha, em 2005, no seguimento do projeto inicial francês da “União para o Mediterrâneo”, em rutura com o anterior “Processo de Barcelona”

enquadrado na política europeia de vizinhança. Aquele projeto, que marginalizava a União Europeia e no qual só deveriam participar os Estado ribeirinhos do Mediterrâneo com uma exceção aberta em favor de Portugal, foi depois remodelado por via de um acordo franco-alemão em 2008, passando a admitir a participação de todos os Estados-Membros da União. Mas a queda do regime de Mubarak, que havia sido o motor da iniciativa pelo lado da Costa Sul, não permitiu que se começasse a concretizar um ambicioso projeto de coordenação de políticas de segurança, económica, financeira, social, cultural e humanitária.

Por outro lado, perante o acréscimo de relevo estratégico e económico do Oceano Ártico como consequência do degelo que aí se verifica e a importância das novas passagens do Nordeste e do Noroeste, aquilo que se verifica é que foi recusada a presença da União Europeia no Conselho Ártico, ainda que a mero título de observadora. Esperar-se-ia o contrário, dada a participação naquela organização de três Estados-Membros da União (a Dinamarca, a Suécia e a Finlândia) e de dois membros do Espaço Económico Europeu (a Noruega e a

Islândia). Mas um projeto do Parlamento Europeu de neutralização do Oceano Ártico, inspirado no Tratado de Madrid sobre o Antártico, terá desagradado a importantes membros do Conselho.

No tocante à *Rússia*, não se perdeu ainda o eco dos vaticínios de Charles de Gaulle e de João Paulo II sobre o dia em que aquele país assumiria plenamente a sua identidade Europeia, como participante e não como pólo de dominação. Tal participação verifica-se hoje no seio do Conselho da Europa e, portanto, com aceitação da jurisdição do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. Mas não é segredo que a Rússia não conseguiu institucionalizar até hoje um modelo convincente de Estado de Direito. Por outro lado, a Rússia continua a encontrar grandes dificuldades na política de industrialização, à qual tem preferido a priorização das atividades extrativas e a utilização dos seus recursos energéticos como arma de pressão sobre outros Estados europeus, desde a Ucrânia à própria Alemanha. Tudo isso tem contribuído para o relativo insucesso da extensão a Estados limítrofes da Rússia da PEV, ou seja, da “política europeia de vizinhança”, concebida para articular a União com Estados

geograficamente próximos mas que não sejam candidatos à adesão nem possuam vocação para transitar para um tal estatuto. Ao passo que a União Europeia considera como razão de ser para esta política na Europa Oriental a estabilização e o desenvolvimento desta área geográfica, a Rússia procura perpetuar a sua presença nas suas antigas repúblicas. Bem significativa foi a guerra com a Geórgia em 2008 e o posterior reconhecimento da secessão dos territórios georgianos da Ossétia do Sul e da Abkásia. E, enquanto a União Europeia pretende assinar a curto prazo um acordo de comércio livre com a Ucrânia, a Rússia, receosa de ver este país afastar-se da sua esfera de influência, não tem poupado meios de o constranger a integrar antes a união aduaneira por ela promovida.

Infelizmente, não parece de excluir que tais meios de pressão se possam direccionar crescentemente também sobre os Estados Bálticos e a própria Polónia, que hoje em dia integram simultaneamente a União Europeia e a Nato. Se, perante tais eventualidades, os Estados-Membros da União Europeia se dividissem quanto ao grau da resposta e a própria Alemanha fraquejasse em consequência da

sua dependência energética e da memória da Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos aproveitariam por certo o ensejo para o estabelecimento de laços bilaterais preferenciais com os países em maior risco. Esse seria um modo de conservar os Russos focados em questões de domínio territorial em detrimento do reforço do seu poderio naval e, ao mesmo tempo, de evitar que a União Europeia se arvore em superpotência, ainda que mais por força dos erros alheios do que da sua própria presciência.

No domínio das envolventes geopolíticas da Europa, cabe por fim fazer uma referência à *Turquia*, um país cujo território se reparte minoritariamente pelo Continente Europeu e maioritariamente pela *Ásia Menor*.

O território do atual Estado Turco corresponde apenas a uma ponta de lança de uma enorme faixa que se prolonga pela *Ásia Central*, composta por países de população turcomana, desde o Azerbaijão ao Cazaquistão, desde o Turquemenistão ao Quirguistão. E essa identidade étnico-linguística-religiosa abrange ainda minorias

sediadas desde o território ocidental da China, a parcelas do Irão e do Iraque. Na Europa, existem minorias turcas na Grécia, na Bulgária e na Bósnia-Herzegovina. São grandes também as afinidades com a Albânia. Isto significa que, em rigor, a entidade pluriestadual turca corresponde a uma enorme região com as mais diversas implicações geoestratégicas. Ela afeta indiretamente interesses europeus, visto que a ponta de lança que um dia quase atingiu o coração do Império Austro-Húngaro se não desvaneceu de todo. Também não é de desprezar o peso das comunidades de origem turca em países como a Alemanha, a Holanda e a própria Áustria. Por outro lado ainda, foi a Turquia quem, como potência colonial, governou durante séculos os territórios árabes, desde o Iraque e a Síria à Arábia, desde o Egito à Líbia.

Dadas todas estas razões, não pode ser posta de lado a possibilidade de, um dia, vir a Turquia a desempenhar um papel fulcral tanto na Europa balcânica como na bacia mediterrânica e na Ásia Central. Afastada hoje em dia, na prática, a hipótese da adesão da Turquia, cumpre à União Europeia desenvolver uma cautelosa política

orientada pelo apoio ao aprofundamento por este país – sem dúvida o mais desenvolvido e melhor organizado do mundo muçulmano – de um modelo democrático em que a componente religiosa se não torne asfixiante e em ameaça para a paz.

Em suma, quanto a este muito sumário conspecto de algumas das coordenadas estratégicas à luz das quais se delinea a presente situação da Europa na cena mundial, sublinharei uma conclusão dificilmente contestável. É ela a de que só através de políticas assumidas conjugadamente à escala europeia os povos que hoje se abrigam sob a capa institucional da União estarão em condições de preservar e prosseguir interesses vitais de cada um deles. Quando isolados, não disporão de condições mínimas para fugir à sina dos meros peões de jogos conduzidos sob motivações alheias e no uso de poderes para os quais não existiria capacidade de resposta.

III. Cabe então perguntar se a situação presentemente vivida no âmbito da União Europeia permite crer que, num futuro previsível, esta

constituirá o sustentáculo de uma efetiva soberania europeia à escala global e se afirmará como garante última da realização dos valores que já nos habituámos a reconhecer como património constitucional comum dos povos europeus.

Responderei que, a curto prazo, a União Europeia não reúne todas as condições necessárias ao desempenho da transcendente missão de proporcionar à Europa o papel que lhe deveria caber à luz das suas localização geográfica e dimensão espacial, do volume da sua população, do nível do seu desenvolvimento científico e tecnológico, do peso da sua economia, do seu modelo básico de Estado de Direito, da capacidade operacional das suas múltiplas forças armadas, das suas relações históricas e atuais com outras partes do Mundo.

Não obstante o esforço agregador das instituições comunitárias, não se pode fugir a uma realidade que autores anglo-saxónicos denominam de “*European fatigue*”, ou seja, um difuso sentimento de lassidão quanto ao modelo da organização europeia e de desilusão perante os resultados do seu funcionamento. A Europa revelou-se

desprovida de defesas imunitárias contra a crise desencadeada pela desregulação dos mercados financeiros norte-americanos. Os danos repercutidos nos planos financeiro e económico cedo alargaram o desastre ao plano social, sobretudo nos Estados menos industrializados e de menor capitação de recursos.

Fragilidades decorrentes da rigidez dos sistemas de proteção social perante a evolução demográfica e a mudança das estruturas produtivas viram-se subitamente exponenciadas sem que se pudesse contar com o tempo requerido por reajustamentos graduais. Ao alastramento do desemprego e de formas expeditivas de precariedade veio somar-se a quebra de níveis remuneratórios e de prestações de segurança social.

Da Irlanda a Portugal, da Grécia a Chipre, da Espanha à Itália e à própria Holanda ou ao Reino Unido, políticas de austeridade direcionadas ao progressivo saneamento de desequilíbrios orçamentais geraram empobrecimento nas classes médias e aumento da exclusão em camadas populacionais mais desfavorecidas.

Como há poucas semanas dizia DURÃO BARROSO, ao proferir o discurso sobre o estado da União em sessão plenária do Parlamento Europeu, "... a Europa não esteve na origem desta crise. A crise resultou de uma gestão incorreta das finanças públicas por parte dos governos nacionais e de um comportamento irresponsável nos mercados financeiros". A verdade é, porém, como na altura também reconheceu, que 26.000.000 de desempregados e a taxa de desemprego que esse número bruto implica são "economicamente insustentáveis, politicamente indefensáveis e socialmente inaceitáveis".

O desânimo gerado pela panorâmica social agrava-se, mesmo em Estados menos afetados, à face da incerteza sobre o futuro do sistema monetário.

Perante a consciência de se haver instituído uma moeda comum sem se criarem desde logo instituições de supervisão das vinculações e riscos daí decorrentes, perante a ausência de um claro modelo explicativo e operacional e a aparência de uma navegação à vista,

alastra um clima de receio de uma catástrofe final. Ao fim e ao cabo, sob o pretexto de se proteger o cidadão contribuinte, seria o mesmo cidadão na sua outra veste de aforrador a ver-se subitamente despojado das poupanças depositadas nos bancos ou investidas na aquisição em bolsa de ações de instituições financeiras... E isto numa altura em que os esquemas públicos de pensões desfalecem tanto através da afetação de direitos que se julgavam adquiridos quanto graças às dúvidas sobre a própria solvência a médio prazo das instituições prestadoras.

A crise aprofunda o risco da consolidação de várias Europas dentro da União pois que, para além da fronteira entre Estados não-Membros e Membros do Sistema Monetário Europeu, abre-se no âmbito deste uma desigualdade entre Norte credor e Sul devedor.

A deterioração das condições de vida, ou simplesmente a incerteza quanto ao futuro coletivo, ou ainda a ausência de programas de política europeia claros e compaginados com as legítimas aspirações dos povos potenciam o risco político de polarização. Também a

ausência de uma política de imigração racional e transparente abre o caminho aos movimentos ou partidos anti-integracionistas e muitas vezes xenófobos e à expressão eleitoral de ultra nacionalismos arcaicos ou mesmo antidemocráticos. Os respetivos próceres guardam-se bem de explicar como se evitaria, num continente totalmente devolvido à governação isolada de cada Estado nacional, o agravamento dos problemas que dizem preocupá-los e, nomeadamente, o da crescente dependência em relação às potências globais e regionais.

Dir-se-ia em face deste panorama que o futuro é negro. Receia-se que uma possível resposta maioritária do eleitorado britânico a favor da saída da União Europeia no referendo que David Cameron se comprometeu a organizar precipitasse outros abandonos e a aceleração da montagem de uma Europa a várias velocidades.

Contra um tal estado de espírito e tais prognósticos, há que reagir através de um debate que projete luz sobre a comparação entre benefícios e desvantagens da existência de uma União Europeia e

sobre a grave situação em que se veriam os povos que, nela havendo participado, se reencontrassem isolados na cena internacional. Na verdade, estar-se-iam a entregar à instrumentalização pelas grandes potências e quedariam extremamente vulneráveis às depredações especulativas da finança transnacional. Aliás, se a Inglaterra abandonasse a União Europeia, tornar-se-ia praticamente inevitável a secessão da Escócia, cuja opinião pública é pronunciadamente pró-europeia. Cerca de 55% das exportações britânicas dirigem-se a outros Estados da União. O risco de afetação de uma tal preferência comercial parece evidente, nada garantido que a praça financeira de Londres pudesse continuar a beneficiar sem reservas da liberdade de circulação de capitais no espaço europeu.

Aquilo que temos de ter presente é que, como entidade política, a Europa reside muito mais no futuro do que num passado de desunião e guerras mortíferas e ruinosas que, por vezes, alastraram até a outras regiões do globo. As memórias identitárias são as nacionais e deverão ser preservadas. Mas há que prosseguir na construção de uma nova via para um continente dividido e

desmoralizado. Só no âmbito de uma solução continental os Estados-Nação poderão procurar construir também as bases para um futuro próspero e seguro para os seus cidadãos.

No seu conjunto, a Europa da União encontra-se muito longe da decadência ou do impasse em que alguns dos seus adversários insistem em representá-la. No comércio mundial, o seu excedente comercial tem ultrapassado a fasquia dos 300.000 milhões de Euros anuais, a nível dos bens, serviços e agricultura. E, como também o Presidente da Comissão observou no seu discurso sobre o Estado da União, um único orçamento anual da União Europeia representa, a preços atuais, mais dinheiro do que todo aquele que movimentou o plano Marshall para efeito da reconstrução após a Segunda Guerra Mundial.

Aquilo que há que fazer de imediato é concretizar a União Bancária, fundamental para resolver o problema do financiamento das empresas, dinamizando o investimento gerador da criação de postos de trabalho.

As reticências de setores mais ou menos importantes das opiniões públicas dos Estados quanto ao reforço da integração política só poderão ser atenuadas graças à politização das eleições para o Parlamento Europeu, à ideação de modos específicos de “*accountability*” destes parlamentares perante as suas circunscrições eleitorais, à personalização de uma presidência unicéfala com legitimidade eleitoral direta, à publicitação dos grandes debates sobre política europeia. E, assim que a ultrapassagem da crise económico-financeira-social for criando condições para isso, seria importante aprofundar os mecanismos de uma política externa e de uma política de defesa comuns. A liberdade de estabelecimento e a circulação de trabalhadores deverá ser reforçada e desenvolvidas as políticas de intercâmbio estudantil. Aquela a que já se chama a “*geração Erasmus*” representará seguramente – a par das migrações internas bem equacionadas – a via mais rápida e efetiva para a assunção de um sentimento de pertença à Europa e de um destino comum de todos os Europeus.

É nesse cadinho existencial de um supra nacionalismo europeu que a União Política se afirmará como um destino natural e irreversível.

IV. Mas tratando nós, hoje, aqui do futuro da Europa no âmbito de uma homenagem à memória de um insigne advogado português e madeirense, mal seria que não acabássemos por uma afirmação de fé no papel do Direito como modo de construção constante e disseminada de um tecido europeu impermeável a transitórios desnortes de populismo eurocético.

Sendo o Tribunal de Justiça o órgão da União Europeia menos sujeito às pressões dos Estados-Membros mais poderosos, ele tem, através da sua jurisprudência, contribuído para a integração europeia em momentos e sobre matérias particularmente vulneráveis à dúvida e à hesitação.

No entanto, como comunidade jurídica, a União Europeia não assenta apenas nas normas jurídicas dos tratados que a conformam e dos diplomas aprovados pelos seus órgãos legislativos, nem tão só nas

sentenças dos tribunais comunitários e nacionais que as aplicam. Enquanto comunidade jurídica, a União Europeia é sobretudo a comunidade dos juristas que labutam no seu território. A socialização dos juristas através da aprendizagem do Direito e do exercício das profissões jurídicas - que se processa em termos crescentemente similares de país para país - faz deles um agregado socio-cultural cimentado por características comuns, entre as quais se contam a crença na centralidade dos valores jurídicos fundamentais e nas virtualidades racionalizantes e congraçadoras da metodologia jurídica. Portadores de uma cultura comum, os juristas têm, no exercício da jurisprudência como na prática da advocacia, no ensino do Direito como no desempenho de funções políticas e administrativas juridicamente conformadas, criado ao longo das décadas um casulo tão invisível quanto denso em torno das soluções comunitárias para os problemas dos povos europeus. Essa laboriosa criação impregnou-se de tal modo em todos os aspetos da vida social na Europa que, hoje, seria inviável pô-la de lado ou regredir muito aquém dos estádios já alcançados.

A Europa dos juristas está para ficar. E isso deve-se a todos aqueles que, como António Manuel Rebelo Quintal, ao longo da vida, ponderada e estudiosamente, transformaram em realidade social as construções normativas que, paulatinamente, têm vindo a dar corpo à unidade europeia.